

**CUSTÓDIO DA PIEDADE U. MIRANDA**

Licenciado em Direito pela Universidade de Coimbra

Doutor em Direito pela Universidade de São Paulo

Professor Associado da Faculdade de Direito  
da Universidade de São Paulo

**TEORIA GERAL**  
**DO DIREITO PRIVADO**

Editora Del Rey  
Belo Horizonte  
2003



<http://bdjur.stj.gov.br>

**Localização: 347**

**M672t**

**Código de barras: STJ00064637**

---

Miranda, Custódio da Piedade U..  
M672 Teoria geral do direito privado / Custódio da Piedade U.  
Miranda. - Belo Horizonte: Del Rey, 2003. 264p.- 15,5x22,5 cm

ISBN 85-7308-650-5

1. Direito privado. I. Título

CDD: 342

CDU: 347

Bibliotecária responsável: Maria da Conceição Araújo  
CRB 6/1236



## SUMÁRIO

### CAPÍTULO I

#### **DIREITO, NORMA JURÍDICA E RELAÇÃO JURÍDICA** 1

1. Etimologia das palavras "direito" e "jus". Os conceitos correspondentes de norma jurídica e de relação jurídica 1
2. A norma jurídica geral e abstrata: sua estrutura (atividade legiferante) e a norma jurídica individual e concreta (atividade judicante) 3
3. A relação jurídica: conceito, elementos e instrumento, como categoria científica, de exposição e sistematização do direito civil 7
4. Outros planos de ordenação da matéria civil. Crítica ao método da exposição da matéria civil a partir do conceito da relação jurídica 11
5. As diversas acepções da palavra "direito" 12

### CAPÍTULO II

#### **DIREITO NATURAL E DIREITO POSITIVO** 15

1. Direito natural e direito positivo: noções 15
2. As diversas concepções do direito natural 18
  - 2.1 O pensamento greco-romano 19
  - 2.2 A doutrina católica 22
  - 2.3 O jusnaturalismo dos racionalistas 26
  - 2.4 A doutrina contemporânea do direito natural 29
3. As diferentes correntes positivistas 34
4. Direitos naturais e direitos humanos positivados 42
5. A justiça. O justo natural e o justo positivo 45

### CAPÍTULO III

#### **OBJETO E MÉTODO DA CIÊNCIA DO DIREITO** 49

1. Ciência do direito e ciências do direito 49
2. Objeto da ciência do direito 51
3. A construção jurídica. A "jurisprudência dos conceitos" de Puchta e a "jurisprudência dos interesses" de Philip Heck 53
4. Metodologia da ciência do direito. O método indutivo e o método dedutivo. A lógica formal e a lógica do humano ou do razoável na realização do direito 57



## **CAPÍTULO IV**

### **DEFINIÇÃO, CARACTERES E FINALIDADES DAS NORMAS JURÍDICAS**

1. Definição da norma jurídica	63
2. Caracteres da norma jurídica	65
3. As finalidades das normas jurídicas	70

## **CAPÍTULO V**

### **A POSITIVAÇÃO DAS NORMAS JURÍDICAS. FORMAÇÃO SIMPLES E COMPLEXA. MONISMO E PLURALISMO JURÍDICO**

	75
1. A questão da positividade das normas jurídicas: positividade, vigência e eficácia	75
2. A lei como instrumento por excelência da positivação das normas jurídicas no sistema da civil law	77
3. Outros meios de expressão do direito: o costume, a jurisprudência e os princípios gerais do direito	80
4. Monismo e pluralismo jurídico. Noção, contribuições ao pluralismo jurídico: a Escola Histórica e o Positivismo Jurídico; o pluralismo dos institucionalistas	86
5. O pluralismo dos preceitos jurídicos no ordenamento jurídico	89

## **CAPÍTULO VI**

### **CLASSIFICAÇÃO DAS NORMAS JURÍDICAS. CRITÉRIOS DE CLASSIFICAÇÃO**

	91
1. Classificação e critérios de classificação das normas jurídicas	91
2. Espécies de normas jurídicas: normas de direito público e de direito privado	92
3. Normas de interesse e ordem pública e normas de interesse privado	93
4. Normas gerais e normas excepcionais	96
5. Normas preceptivas, proibitivas e permissivas	97
6. Normas de conduta e normas de organização	98
7. Normas perfeitas, mais que perfeitas, menos que perfeitas e imperfeitas	99



## **CAPÍTULO VII**

### **A LEI: DEFINIÇÃO, CARACTERES, MODO DE FORMAÇÃO, HIERARQUIA E FINALIDADES**

1. A lei: definição e caracteres	101
2. Lei em sentido material e em sentido formal	103
3. Hierarquia das leis	104
4. O princípio constitucional da legalidade	107
5. A justiça da lei: correção do preceito	108
6. A legitimidade da lei. Legitimidade e legalidade	111

## **CAPÍTULO VIII**

### **O SISTEMA. SISTEMA ABERTO E FECHADO. TÉCNICAS, LEGISLATIVAS. TIPOS DE LEIS**

1. Noção de sistema; sistema aberto e sistema fechado de declaração do direito	115
2. A codificação, seu significado, vantagens e inconvenientes	119
3. Técnicas legislativas no sistema fechado dos códigos: disposições gerais, remissões, ficções e presunções	122
4. Técnicas legislativas no sistema aberto: os conceitos indeterminados, as cláusulas gerais, e as enumerações exemplificativas	123

## **CAPÍTULO IX**

### **INTERPRETAÇÃO DA LEI. "DIREITO ALTERNATIVO" E "EQUIDADE"**

1. Interpretação da lei: em que consiste	127
2. A pré-compreensão na apreensão do sentido da norma	131
3. Interpretação autêntica e doutrinal	134
4. Objeto da interpretação: as correntes subjetivistas e objetivistas. Posição adotada	135
5. Métodos da interpretação: a interpretação literal e a lógica. Os elementos racional, sistemático e histórico na interpretação lógica	141
6. Variantes da interpretação: a interpretação declarativa, a extensiva e a restritiva	148
7. O assim chamado direito alternativo e a equidade. Crítica ao direito alternativo	149



## **CAPÍTULO X**

<b>EFICÁCIA DA LEI NO TEMPO OU DIREITO INTERTEMPORAL</b>	157
1. Em que consiste o problema	157
2. O princípio da não retroatividade: fundamentos filosóficos e jurídico-políticos subjacentes	158
3. Teorias sobre o direito adquirido	159
4. A solução da questão no direito brasileiro: o art. 5º, XXXVI da Constituição Federal e o art. 6º da Lei de Introdução ao Código Civil	162

## **CAPÍTULO XI**

<b>EFICÁCIA DA LEI NO ESPAÇO. O DIREITO INTERNACIONAL PRIVADO</b>	165
1. Noção da eficácia da lei no espaço: como surge o problema	165
2. O direito internacional privado: a natureza de suas normas	168
3. Os principais critérios de solução de conflitos de normas: os critérios de territorialidade e de nacionalidade	169
4. Principais normas do direito internacional privado brasileiro	171
5. O mar territorial	173
6. Pequena história do direito internacional privado	176

## **CAPÍTULO XII**

<b>DIREITO SUBJETIVO</b>	179
1. Conceito de direito subjetivo; direito subjetivo e situação jurídica subjetiva	179
2. O direito subjetivo dos jusnaturalistas e dos positivistas	183
3. Principais teorias sobre o direito subjetivo	186
3.1 Teorias da vontade de Savigny e de Windscheid	186
3.2 Teoria de interesse de Ihering	188
3.3 Teorias ecléticas: G. Jellinek, A. Trabucchi	189
3.4 A doutrina de Jean Dabin	190
3.5 Teoria de Paul Roubier	191
3.6 A concepção de Goffredo Telles Júnior	193
3.7 Posição adotada	194
4. Classificação dos direitos subjetivos	197
4.1 Direitos subjetivos públicos e privados	197
4.2 Direitos subjetivos absolutos e relativos	199
4.3 Direitos subjetivos pessoais e patrimoniais	201
4.4 Direitos subjetivos transmissíveis e intransmissíveis	203
4.5 Direitos subjetivos incondicionais, condicionais e a termo	204
5. Expectativas de direitos e direitos subjetivos aparentes	205
6. Direito, dever, sujeição, ônus jurídico e "status jurídico"	207
6.1 Direito subjetivo e dever jurídico	207



6.2 Direito potestativo e sujeição	209
6.3 Ônus jurídico	211
6.4 O status jurídico	213

## **CAPÍTULO XIII**

### **DIREITO CIVIL E DIREITO COMERCIAL** 215

1. Evolução histórica do direito civil e do direito comercial	215
2. A questão da unificação do direito privado: histórico e controvérsias a respeito	220
3. Formação histórica do direito civil brasileiro: fase colonial, fase imperial e o período da pré-codificação do direito civil	224
4. Trabalhos de elaboração do Código Civil Brasileiro de 1916 e considerações sobre este Código	231
5. O direito comercial no Brasil e o direito empresarial	234
6. A situação do direito civil anterior ao Código de 2002: legislação extravagante e micro-sistemas. Os antecedentes da elaboração desse Código	238
7. Reflexões sobre o Código Civil de 2002	241

### **BIBLIOGRAFIA** 245

